



## REFLEXÕES SOBRE AS FUNÇÕES SOCIAIS DA ESCOLA: SUBMISSÃO E DISCIPLINA OU AUTONOMIA E CRIATIVIDADE?

Eixo 02 - Educação, Comunicação: fundamentos e teorias.

<sup>1</sup>Alane Gonçalves Gomes

<sup>2</sup>Ester Roseno Florentino Almeida

<sup>3</sup>Carolaine de Jesus da Silva

<sup>4</sup>Marluce Alves dos Santos

### RESUMO

Esse trabalho é resultado de um estudo realizado no mestrado, sobre as funções sociais da escola, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA da Universidade do Estado da Bahia – UNEB/DED/C VIII, no Campus Paulo Afonso. Tendo como objetivo, apresentar perspectivas que dialoguem sobre o tema complexo e multifacetado, uma vez que as reflexões podem partir desde a transmissão de conhecimento até a formação de cidadãos. Para este fim, metodologicamente, foi realizado um estudo bibliográfico com abordagem qualitativa tendo como critérios a seleção de artigos e um livro, trabalhados durante a disciplina “Formas de escolarização e sistemas de ensino”, lecionada no primeiro semestre, que abordava a respeito das funções sociais da escola, assim, foram elencados um capítulo da obra estudada e dois artigos para a construção desse trabalho. Os resultados, dessa pesquisa, apontam que discutir sobre as funções sociais da escola, é compreender o esforço conjunto que toda a comunidade escolar precisa fazer para garantir que a escola seja um espaço de ensino, aprendizado, crescimento, mas também de formação de cidadãos críticos, empáticos e reflexivos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escola; transformação social; práticas escolares; mundo do trabalho, cidadãos.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos no campus VIII (UNEB), Paulo Afonso (BA). Pós-graduada em Braille e Libras (FAVENI). Pós-graduada em Educação profissional e tecnológica (IFES). Professora da rede pública de Paulo Afonso (BA). Email: [alanegoncalves70@gmail.com](mailto:alanegoncalves70@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestranda em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos no campus VIII (UNEB), Paulo Afonso (BA). Pós-graduada em Metodologia de Ensino da Matemática (UNIASSELVI), Pós-graduada em Educação Financeira e o Ensino da Matemática (UNIASSELVI). Email: [esterrosenome@gmail.com](mailto:esterrosenome@gmail.com)

<sup>3</sup> Mestranda em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos no campus VIII (UNEB), Paulo Afonso (BA). Pós-graduada em Metodologia da Matemática e Física (FARESE). Pós-graduada em Educação de Jovens e Adultos (FARESE). Professora da rede pública de Paulo Afonso (BA). Email: [carolainesantos319@gmail.com](mailto:carolainesantos319@gmail.com)

<sup>4</sup> Pós doutora em Educação Matemática (PUC/SP). Pós doutora em Ensino de Ciências e Matemática (RENOEN/UFC). Professora Permanente do Programa de Pós Graduação Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos - PPGESA e Programa de Pós Graduação Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação - GESTEC da UNEB. Email: [maralves@uneb.br](mailto:maralves@uneb.br)



## ABSTRACT

This work is the result of a study conducted during my master's program on the social functions of the school, in the Graduate Program in Education, Culture and Semi-Arid Territories – PPGESA at the State University of Bahia – UNEB/DED/C VIII, at the Paulo Afonso Campus. The objective is to present perspectives that engage in dialogue about this complex and multifaceted theme, since reflections can arise from knowledge transmission to citizenship formation. To this end, a bibliographic study with a qualitative approach was conducted, with criteria for selecting articles and a book that were analyzed during the course "Forms of Schooling and Education Systems," taught in the first semester, which addressed the social functions of the school. Thus, a chapter from the studied work and two articles were selected for the construction of this work. The results of this research indicate that discussing the social functions of the school means understanding the joint effort that the entire school community needs to make to ensure that the school is a space for teaching, learning, growth, but also for the formation of critical, empathetic, and reflective citizens.

**KEYWORDS:** School; social transformation; school practices; world of work; citizen.

## 1 Introdução

Ao longo do tempo a escola tem sido vista como um local de preparo para o mundo do trabalho, no entanto, muitas das vezes se tem levado ao esquecimento que a instituição “escola” é um lugar proposto para uma transformação social, cultural e crítica dos estudantes. Nesse sentido a escola é um recinto projetado para construção integral do ser humano, dentre as suas mais variadas faces, sendo elas de cunho profissional, educacional, social e até mesmo espiritual.

Com base nesses pressupostos, o presente trabalho tem como objetivo principal, abordar as reflexões e discussões sobre as funções sociais da escola na atualidade, a partir dos autores: Pérez Goméz (1998), Maria Angélica Cardoso, Ângela Maria de Barros Lara (2009) e Roberto Rafael Dias da Silva (2022)<sup>5</sup>. As obras selecionadas para esse trabalho foram de cunho bibliográfico, e com abordagem qualitativa, visando assim contribuir tanto com os estudos elencados, como também com

<sup>5</sup> Foram realizadas várias leituras, porém a ênfase maior se deu a partir da seguinte obra: As Funções Sociais da Escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência, In GIMENO SACRISTÁN, J.; PÉREZ GÓMEZ, A. I. No artigo intitulado: Sobre as funções sociais da escola, das autoras CARDOSO, Maria Angélica; LARA, Ângela Mara de Barros; e no artigo intitulado: Escolarização, adolescência e a ubiquidade do entretenimento: práticas curriculares para o Ensino Médio no Brasil, do autor SILVA, Roberto Rafael Dias da. Todas essas referências foram apresentadas no Mestrado.



a produção acerca da temática abordada para a presente discussão.<sup>6</sup> Foi percebido que, a obra e os artigos selecionados, se conversam à respeito do conceito de função social da escola, e que um texto complementa o outro.

A partir da leitura desses trabalhos, houve interesse em apresentar reflexões retratando a função da escola como: Transmissão de conhecimento; Desenvolvimento de habilidades; Socialização e interação; Formação cidadã; Formação Crítica e Reflexiva; Inclusão e igualdade de oportunidades; Engajamento com a comunidade; Envolvimento de valores éticos e morais. E, como desafios: Desigualdades sociais; Crise da educação; Adaptação às mudanças sociais; O papel do professor, Competitividade entre os discentes, Comparação que os docentes costumam fazer com relação à turma; O ensino pautado no entretenimento.

## 2 A escola e as suas funções sociais

A educação tem um papel essencial no processo de socialização, a principal razão para isso se deve ao fato de que “[...] ninguém escapa da educação” (Brandão, 2002, p. 06), ela está dentro e além das paredes do lugar em que se vive, ela está em toda parte e de muitas formas, não apenas como uma educação formal, como no caso da escola. A educação, se apresenta em diversos momentos da vida do indivíduo, auxiliando-o “[...] para saber, para fazer, para pensar, para esquecer, para ser ou para conviver, todos os dias envolvemos a vida de cada dia e mesmo de cada instante com alguma face da educação” (Brandão, 2002, p. 06). Nesse sentido, “[...] a educação assume a função de socialização e, em especial, de humanização do homem” (Cardoso e Lara, 2009, p. 1317).

Quando se fala em humanização do homem, as autoras Cardoso e Lara (2009), destacam as vertentes que o ser humano possui, sendo estas de caráter: cultural, social, intelectual e moral. A humanização do homem está atrelada às mais variadas faces, que o “ser” possui, como por exemplo: os seus valores, costumes, crenças, hábitos. Ou seja, a humanização significa transformar o ser

<sup>6</sup> O interesse em pesquisar sobre a temática se deu por meio de uma disciplina intitulada “*Formas de escolarização e sistemas de ensino*”, no Programa de Pós-Graduação Mestrado PPGESA- Educação, Cultura e Territórios Semiáridos, na cidade de Paulo Afonso- BA, no qual foi apresentada a obra “Compreender e transformar o ensino” de José Gimeno Sacristán e Pérez Gómez (1998), sendo selecionado assim o Capítulo I - “*As Funções Sociais da Escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência*”, que abordava sobre as funções sociais da escola a partir da reprodução que o sistema dominante impôs na sociedade, bem como a realização da reconstrução crítica tanto do conhecimento como da experiência na educação.



humano através de todas as suas facetas, e esta humanização se dá através das contribuições e trocas e interações sociais.

De acordo com Pérez Goméz (1998), o ser humano diferente de outras espécies não transmite seus saberes biologicamente, ele realiza essa troca através das situações em grupo. Assim, o convívio em sociedade é essencial para que costumes, valores, crenças e formas de sobrevivência sejam aprendidos para garantir a vida e o desenvolvimento das próximas gerações. Nesse sentido, é imprescindível que os sujeitos constituam relações interpessoais, para que, dessa forma, possam ter a oportunidade de aprender uns com os outros, pois através do convívio, o ser humano consegue além de aprender, passar aquilo que sabe.

Dessa forma, entre o ensinar/aprender é que se constroi uma sociedade dinâmica, na qual cada sujeito que a integra, consegue expor tanto as suas habilidades, como também, as suas fragilidades. Diante da complexidade das necessidades da vida, o processo entre nascer, socializar para aprender e colocar o conhecimento em prática para viver em sociedade, tornam-se “[...] ineficazes e insuficientes os processos de socialização direta das novas gerações nas células primárias de convivência: a família, o grupo de iguais, os centros ou grupos de trabalho e produção” (Pérez Goméz, 1998, p. 13).

Na atualidade, as aprendizagens que são constituídas através da família, amigos próximos, ou colegas de trabalho, já não são mais suficientes para um desenvolvimento amplo do sujeito. As exigências do mundo moderno solicitam mais competências para as novas gerações, competências essas que podem ser geradas através de um processo educativo mais extenso e com mais possibilidades.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a educação abrange

[...] os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (Brasil, 2008, Art. 1º)

Nessa perspectiva, faz-se necessário a efetivação de uma instituição formal que consiga não somente transmitir conteúdos, mas que tenha a preocupação com a formação dos futuros cidadãos, pensando nesta nova geração como seres empáticos, conscientes e justos. No entanto, o que se tem visto é uma escola que acaba preparando esses sujeitos através de mera transmissão de conhecimento, uma escola na qual se estende pensamentos da classe dominante até os dias atuais, preparando assim,



“[...] as novas gerações para sua participação no mundo do trabalho e na vida pública ... cuja peculiar função é atender e canalizar o processo de socialização” (Pérez Goméz, 1998, p. 13).

Este modo de preparar as gerações, foi apresentado primeiramente pela Constituição Federal de 1988, ao incentivar o desenvolvimento do estudante vinculando o “[...] seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988, Art. 205º) em seguida, reforçado pela LDB ao afirmar que “[...] a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (Brasil, 2008, Art. 1º § 2º).

A partir dessa postura, Cardoso e Lara (2009), afirmam que, surge um grande embate no cenário educacional, pois a escola acaba por desempenhar, uma função conservadora, ensinando e reforçando regras sociais de forma que os alunos se adaptem e obedeçam a necessidade de imposição externa “[...] para a sobrevivência mesma da sociedade” (Pérez Goméz, 1998, p. 14). Na visão de Bourdieu (1998, p. 41), o sistema escolar “[...] é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural”.

Essa “sobrevivência ou conservação”, mencionadas pelos autores, muitas das vezes acaba causando uma segregação nos sujeitos, dentro de diversos ambientes, principalmente, de trabalho, pois ele não pode expressar a sua opinião enquanto subalterno, o que acaba de certa forma, castrando o seu dever e senso crítico enquanto cidadão. De acordo com Dias (2012, p. 12), os subalternos foram estimulados a não falar sobre as suas lutas diante de uma maioria que é classe dominante, o autor ainda menciona que “[...] transformar a subjetividade classista e histórica dos dominantes em uma objetividade naturalizada que se impõe a todos”.

Esse processo de subalternização se dá entre o pensar e o agir, e o sujeito que está uma escala abaixo nos status social, não pode expressar a sua opinião, mesmo esta visão sendo a correta. De acordo com Schlesener (2016, p. 139), esse sistema de subalternidade acontece na “[...] contradição permanente entre o seu agir e pensar: seu agir é permeado de um materialismo com várias nuances, enquanto seu modo de pensar é idealista, permeado por crenças variadas...”. Essa metodologia, que é adotada dentro dos ambientes de trabalhos, acontece devido às questões históricas, e a divisão de classes, nas quais são impregnadas até hoje, e que se dá por meio do processo de socialização.

A forma como é distribuído o trabalho e a educação, tem a ver intrinsecamente com as relações sociais, e um dos lugares de fomento para essa divisão/disputa é na escola. Nesse sentido, segundo Cardoso e Lara (2009), explicam que o processo de socialização na escola não é simples, ela



envolve uma tensão constante entre conservar o que já existe e mudar o que é injusto. Abraçando dessa forma uma

tendência conservadora lógica, presente em toda comunidade social para reproduzir os comportamentos, os valores [...] e as relações que são úteis para a própria existência do grupo humano, choca-se inevitavelmente com a tendência, também lógica, que busca modificar os caracteres desta formação que se mostram especialmente desfavoráveis para alguns dos indivíduos ou grupos que compõem o complexo e conflitante tecido social. (Pérez Goméz, 1998, p. 14)

Nesse sentido, os valores que contribuem para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, coletiva e representativa, são deixados de lado, dando espaço para que concepções, de caráter cada vez mais, injusto, individualista e de classes dominantes, sejam implementados na educação. Diante dessas colocações, a escola assume a função social de preparar o sujeito para o mundo do trabalho e para a vida em sociedade, ficando clara que esses dois pressupostos são reforçados pelo sistema de escolarização, sendo eles de origem econômica e política.

Segundo Cardoso e Lara (2009, p. 1317), esses dois objetivos possuem uma contradição entre formar cidadãos críticos e livres ou trabalhadores obedientes e produtivos, pois para “[...] formar o cidadão capaz de intervir na vida pública a escola deve provocar o desenvolvimento de conhecimentos, ideias, atitudes e pautas que permitam sua incorporação na vida política e social”. No entanto, nessa mesma sociedade as diferenças entre as classes sociais

[...] induz à submissão, à disciplina e à aceitação das diferenças sociais. Nessa esfera a contradição agrava-se: a escola deve formar os alunos para sua futura incorporação em que mercado de trabalho? Do trabalho assalariado que requer submissão e disciplina? Ou do trabalho autônomo que, ao contrário, requer atividade e criatividade? (Cardoso e Lara, 2009, p. 1317)

Para as autoras, há uma complicação na definição teórica do que significa preparar para o mundo do trabalho, como realizá-lo e quais as suas consequências para promover “[...] a igualdade de oportunidades ou a mobilidade social, ou para reproduzir e reafirmar as diferenças sociais de origem dos indivíduos e grupos” (Pérez Gómez, 1998, p. 15).

A partir dos estudos de Garcia (1986), afirma-se que, “[...] a escola estaria encarregada de formar as elites dirigentes e a mão-de-obra que será alocada no sistema produtivo. A eficácia desse processo (...) está, em última análise, garantida por meio do discurso meritocrático” (Garcia, 1986, p. 128). A meritocracia acaba sendo utilizada como discurso nas escolas, o que não é algo justo, pois



existem sujeitos que vêm de famílias de classe alta e que possuem oportunidades melhores, tanto de estudos, como de conhecimento, emprego, lugares que frequentam e entre outras possibilidades, no entanto, quando se fala da classe menos favorecida, essas às vezes não possuem o mínimo, como por exemplo, a alimentação.

De acordo com Barbosa (2006), a meritocracia é um sistema sedutor que distingue sociedades baseadas em privilégios, heranças e as democracias atuais, e ela acaba não sendo consensual quando

A meritocracia entendida como negação de privilégios é aceita por todos como uma ferramenta contra a desigualdade social, mas quando aplicada como afirmação do merecimento, justifica as desigualdades, fato que dificilmente é trazido “à consciência das pessoas e, menos ainda, explicitado e discutido. (Barbosa, 2006, p.23)

A meritocracia é tida como um ganho para aquele(a) que corre mais, que possui mais habilidades e talentos, que se esforça mais, e a escola acaba reforçando essas posturas e esses conceitos quando compara um sujeito a outro, quando faz o destaque de um estudante em meio a uma sala de aula lotada de alunos. A escola de certa forma reforça o ato do mérito, quando afirma que é necessário o esforço, no entanto, dentro de uma sala de aula existem várias realidades, cada família é única e possui a sua trajetória, bem como, não partem do mesmo ponto, não possuem as mesmas bases: financeira, ideológica, conceituais e entre outras.

De acordo com Pérez Gómez (1998, p. 16), “[...] assume-se a ideia de que a escola é igual para todos e de que, portanto, cada um chega onde suas capacidades e seu trabalho pessoal lhes permitem”. Dessa forma, a escola não promove oportunidades de igualdade, ela reproduz uma ideologia dominante que justifica as desigualdades sociais cujos valores são pautados no “[...] individualismo, a competitividade e a falta de solidariedade, a igualdade formal de oportunidades e a desigualdade “natural” de resultados em função de capacidades e esforços individuais” (Pérez Goméz, 1998, p. 16). Mesmo a escola assumindo em seu discurso a sua função social como igual para todos, ela reforça a meritocracia

[...] sob o manto da igualdade de oportunidades e da ideologia da competitividade e meritocracia, experiências de diferenciação, discriminação e classificação, como consequência do diferente grau de dificuldade que tem para cada grupo social o acesso à cultura acadêmica, é a forma mais eficaz de socializar as novas gerações na desigualdade. Deste modo, inclusive os mais desfavorecidos aceitarão e assumirão a legitimidade das diferenças sociais e econômicas e a mera vigência formal das exigências democráticas da esfera política, assim como a relevância e utilidade da ideologia do individualismo, a



concorrência e a falta de solidariedade. (Pérez Goméz, 1998, p. 21)

O autor Pérez Goméz (1998), deixa claro que, o discurso de “igualdade de oportunidades” não é sustentado na prática, somente na fala, pois as condições de cada sujeito diferem-se do outro. Temos como exemplo, o acesso à cultura, aos museus, ao teatro e entre tantas outras opções, que a classe menos favorecida não tem a oportunidade sequer de conhecer, muito menos aprender com esse universo, justamente pela condição social. Ou seja, a classe menos favorecida não tem os mesmos acessos, não têm as mesmas oportunidades que a classe dominante tem já desde a infância.

Os grupos sociais possuem classificações distintas, nas quais conseguem propiciar acesso a bens intelectuais com mais facilidade, como no caso das classes dominantes. Geralmente as famílias já têm o costume de frequentar lugares que a classe menos favorecida não conseguiria ir gerando assim, o capital cultural, de forma fluida, e que vai constituindo um acervo intelectual, e de prestígio para os seus herdeiros. Embora a escola, enquanto instituição formadora, argumente que todos os estudantes possuem as mesmas condições e bens culturais, a realidade é outra, mostrando uma realidade destoante, devido às segregações dos grupos sociais, bem como, das heranças culturais que são deixadas por cada família.

Nesse sentido, de forma inconsciente a escola acaba reforçando ainda mais como sendo um espaço reservado para os privilegiados culturalmente, e que nesse espaço, só obtêm êxito, aquele(a) que se esforça mais, que tem mais resultados e produtividade. Assim, mantém-se os princípios e valores da burguesia, com posicionamentos que precarizam as vidas dos que vivem à margem. No entanto, ainda existem caminhos que podem promover desequilíbrio desse “status quo”, ou seja, do mantimento contínuo das desigualdades sociais.

Embora a escola exerça uma forte função reprodutora de ordem social, ela ainda possui espaços de liberdade, nos quais podem surgir atitudes críticas transformadoras através de “[...] um complicado e ativo movimento de negociação em que as reações e resistências de professores/as e alunos/as como indivíduos ou como grupos podem chegar a provocar a recusa e ineficiência das tendências reprodutoras” (Pérez Goméz, 1998, p. 17). Espaços nos quais tanto professores como também alunos, buscam quebrar com o ciclo das desigualdades, a partir da arte, da cultura, da música, da poesia, do acesso à tecnologia e não menos importante, da pesquisa.

Esses espaços propõem uma nova perspectiva para a atuação da escola, na qual, agora, a sua função educativa está pautada na “[...] utilização do conhecimento social e historicamente construído,



da experiência e da reflexão como ferramentas de análise para compreender a sociedade e a ideologia dominante” (Cardoso e Lara, 2009, p. 1317), pois, é essencial para desarticular o sistema reprodutivista. Dessa forma

o grande desafio da escola é fazer com que sua função educativa assuma um caráter compensatório, isto é, atenda às diferenças de origem, oportunizando o acesso à cultura, provocando e facilitando a reconstrução dos conhecimentos, das disposições e das pautas de conduta que a criança assimila em sua vida paralela e anterior à escola. (Cardoso e Lara, 2009, p. 1318)

Como mencionado anteriormente, é garantir o acesso aos espaços que devem ser habitados por todos os grupos, e isso não inclui somente os museus, os cinemas, os eventos artísticos, mas também o acesso e a permanência na própria escola, bem como nas universidades e em todas as etapas de ensino que o sistema educacional oferece às comunidades, tendo também esse olhar na graduação, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado.

Isso somente é possível, segundo Pérez Gómez (1998), a partir de uma profunda transformação da vida escolar que estimule a solidariedade e não a competição, que promove a colaboração e a experiência coletiva num ambiente onde o conhecimento é construído por meio da investigação, da crítica, da criatividade e da autonomia. Este ambiente constrói uma sociedade para o coletivo, para pensar, resolver e praticar juntos.

Uma escola na qual os alunos(as) não apenas recebam o saber, mas que se tornem atores principais de sua aprendizagem, é através dessa forma democrática de viver na escola que “pode se aprender a viver e sentir democraticamente na sociedade, a construir e respeitar o delicado equilíbrio entre a esfera dos interesses e necessidades individuais e as exigências da coletividade” (Pérez Goméz, 1998, p. 26).

Contribuindo com essa colocação, Silva (2022), faz uma importante colocação sobre o espaço “escola”, que este não deve ser visto como um espaço que o suporte didático seja o entretenimento para as novas gerações, mas sim como uma abordagem teórica que privilegia o diálogo conectado com os saberes e com as teorias contemporâneas, pois a maior parte do tempo da vida dos adolescentes, é vivenciada dentro da escola.

Dando seguimento ao pensamento de Silva (2022), a escola da atualidade preocupa-se em manter o adolescente atento às aulas, no entanto quando o professor(a) tenta explicar alguma teoria, ou abordar certos tipos de temáticas, nota-se a rejeição ou negação por parte de alguns jovens, nesse sentido, o autor faz as seguintes reflexões



estariamos preparados para delegar as responsabilidades sobre o futuro para as gerações mais jovens? Nossa sociedade “mima” demasiadamente os adolescentes a ponto de impedi-los de conviver com a diferença ou ouvir pensamentos divergentes? Os próprios adultos estão com dificuldades de se reconhecerem nesta condição por meio de processos de prolongamentos indeterminados da adolescência? (Silva, 2022, p. 8)

É notável que abordar sobre a escolarização de jovens na atualidade é um ato complexo a se fazer, no entanto, como afirma Pérez Goméz (1998), a escola deve preparar os estudantes baseada na formação do indivíduo como cidadão, nesse sentido, resta claro que ser cidadão perpassa as fronteiras de “ter documentos”, ou “ser maior de idade”, ser cidadão exige atuar de forma consciente, crítica, reflexiva e estar de fato atuante na sociedade.

Nesse contexto entende-se que, a cidadania está estritamente conectada a uma visão não egocêntrica, que respeite as diversidades sociais, culturais, econômicas e que a escola enquanto instituição na qual tem a missão de preparar as novas gerações para serem futuros cidadãos, diga não a teoria da correspondência, pois só assim as futuras gerações entenderão quais são as verdadeiras funções sociais da escola e qual o caminho a seguir por uma sociedade mais justa, democrática, ética, inclusiva e igualitária.

## Considerações Finais

De acordo com Pérez Goméz (1998), Cardoso e Lara (2009) e Silva (2022), a escola tem a função social não somente de preparar as novas gerações para o mundo do trabalho, mas deve ser encarada como um local pelo qual se permite a abertura da transformação social, cultural e econômica dos envolvidos. Isso retrata a uma conjuntura que se constrói através da pluralidade sobre as concepções que respaldam o que é ser escola, quais os seus sentidos sob o olhar à sociedade e o mundo, essas questões são frações que a escola possui enquanto função social.

No entanto, na sociedade contemporânea, a influência de sistemas econômicos traz efeitos alarmantes dentro do ambiente escolar, e muitas das vezes a garantia dos direitos sociais e culturais passam despercebidas, tendo como foco apenas o cumprimento dos currículos, da carga horária de aulas, das demandas exigidas pelo mercado de trabalho, as quais tem influência marcante das classes dominantes.

O viés mercadológico que a escola acaba adotando, limita a construção do ser humano, como sujeito crítico e autônomo, bem como restringe a formação de seres pensantes, questionadores e



democratizantes. Nesse sentido, os autores aqui estudados, abordam que a escola deve ser vista como um espaço no qual o ser humano tenha a liberdade de se expressar, questionar, assim como, apresentar reflexões. Assim, a escola deve demonstrar através das suas práticas, a valorização da autonomia intelectual e o incentivo aos estudantes para que de fato exerçam o seu papel enquanto cidadãos atuantes, desde os mais tenros anos escolares.

Em suma, os autores Pérez Goméz (1998), Cardoso e Lara (2009) e Silva (2022), além de fazerem reflexões e propostas sobre o modelo de educação, contribuem um com o outro para “quais funções sociais a escola deve adotar”. Ressaltando assim que, de acordo com Pérez Gómez (1998), as funções sociais da escola devem estar pautadas no desenvolvimento significativo do ser humano, comprometida na valorização da vida, vinculada na solidariedade e no incentivo por uma cultura de paz, além dos docentes terem a concepção de uma práxis que ensine o aluno(a) a pensar criticamente, reconstruindo assim significados das funções sociais que a escola deve exercer na vida das e para as futuras gerações.

Ao incluir um olhar respeitoso aos diferentes grupos sociais no âmbito escolar, será possível vislumbrar a construção de uma diversidade inegável. Nessa perspectiva, confronta os preconceitos e estereótipos presentes no ambiente educacional, rompendo a massificação, ao proporcionar fronteiras que permeiam a cidadania, englobando a cultura e a diversidade. Nesta instância, Pérez Gómez (1998), confronta que a escola deve ser um local aberto ao diálogo e a mudanças que visam o presente e o futuro equitativo das novas gerações.

Porém, de acordo com Silva (2022), essas transformações só são possíveis a partir de mudanças nas políticas públicas, na forma que o currículo vem sendo construído e na formação continuada dos docentes, pautada em um viés colaborativo e pensando nas variadas realidades dos educandos. Considerando o contexto, as desigualdades sociais e culturais acabam impactando o processo de ensino aprendizagem.

Os fatores principais como a baixa renda familiar, o acesso a moradia, alimentação, saneamento básico e a necessidade de adolescentes e jovens se inserirem no mercado de trabalho para ajudar suas famílias, acabam afetando o desenvolvimento do discente, levando a um baixo desempenho escolar e muitas vezes a desistência. Haja vista que, a escola também tem a função social de preparar o ser humano para adquirir inteligência emocional, visando os espaços que os alunos(as) de hoje ocuparão ao longo de suas vidas e que esses sujeitos não devem vincular as suas conquistas com o ato da meritocracia, mas sim pautados na sua formação ética, democrática, justa, cidadã e



crítica.

## Referências

BARBOSA, Livia. **Igualdade e meritocracia**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 25/06/2025.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 25/06/2025.

BRASIL. **Ministério da Educação. Documento final**: Conferência Nacional da Educação Básica – CONEB. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <https://conferencia.mec.gov.br>. Acesso em: 3 jul. 2025.

BORDIEU, Pierre. **A escola conservadora: as desigualdades frente a escola e à cultura**. In: NOGUEIRA, Maria Alice, CATANI, Afrânio (orgs.) **Escritos de educação**: Pierre Bourdieu. Petrópolis: Vozes, 1998.

CARDOSO, Maria Angélica; LARA, Ângela Mara de Barros. **Sobre as funções sociais da escola**. Comunicação apresentada na disciplina Ciência, História e Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (Doutorado) da Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2007. Trabalho de pesquisa bibliográfica. Não publicado.

DIAS, E. F. **Revolução passiva e modo de vida**: ensaio sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia. São Paulo: Sundermann, 2012.

GARCIA, Regina Leite. **A educação como mediação na reprodução social**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 1, n. 1, p. 111–129, 1986. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/3758-13007>. Acesso em: 3 jul. 2025.

PÉREZ GÓMEZ, A. I. **As Funções Sociais da Escola**: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência. In GIMENO SACRISTÁN, J.; PÉREZ GÓMEZ, A. I. **Compreender e Transformar o Ensino**. 4 ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

SCHLEENER, A. H. **Grilhões invisíveis**: as dimensões da ideologia, as condições da subalternidade e a educação em Gramsci. Ponta Grossa: UEPG, 2016.



SILVA, Roberto Rafael Dias da. **Escolarização, adolescência e a ubiquidade do entretenimento: práticas curriculares para o Ensino Médio no Brasil.** DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0411.82275>. DOSSIÊ – Sujeito e conhecimento: articulações em contextos de formação e atuação docente. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 38, e82275, 2022.